



## REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº \_\_\_\_\_, DE 2018

(Da Sra. ERIKA KOKAY)

Requer o encaminhamento de pedido de informações ao Ministério de Minas e Energia acerca dos processos em tramitação no Tribunal de Contas da União que tratam da fiscalização da privatização das Distribuidoras da Eletrobras, conforme especifica.

Senhor Presidente,

Com fundamento no Art. 50 da Constituição Federal e nos Arts. 115, inciso I e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, bem como no exercício constitucional do *múnus* público fiscalizatório atribuído ao Congresso Nacional perante os atos do Poder Executivo (Art. 49, X, da CF), e ainda com base no art. 5º, XXXIII e XXXIV, “a” da Constituição Federal e com base na Lei 12.527/2011 (Lei de Acesso a Informações Públicas), vimos perante V. Excelência solicitar seja encaminhado Requerimento ao Ministro de Minas e Energia, **SR. WELLINGTON MOREIRA FRANCO**, para prestar informações sobre os processos em tramitação no Tribunal de Contas da União que tratam da fiscalização da privatização das Distribuidoras da Eletrobras, conforme especifica.

*I) Solicita-se cópia do inteiro teor dos seguintes processos, que tratam da fiscalização da proposta de privatização da Eletrobras, os quais tramitam atualmente no Tribunal de Contas da União:*

- a) Processo nº 035.909/2016-1;*
- b) Processo nº 035.911/2016-6;*
- c) Processo nº 035.912/2016-2;*
- d) Processo nº 035.913/2016-9;*
- e) Processo nº 035.915/2016-1;*
- f) Processo nº 035.916/2016-8*

*II) Solicita-se cópia do inteiro teor de todos os estudos e critérios técnicos objetivos que fundamentam o processo de privatização, assentados na realidade prática e concreta das empresas distribuidoras de energia;*

### JUSTIFICAÇÃO

Os atos relativos à privatização das Distribuidoras da Eletrobras devem estar submetidos ao princípio da publicidade insculpido na Constituição Federal, além de apresentar motivos e fundamentos idôneos, com estudos e critérios técnicos objetivos, assentados na realidade prática e concreta das empresas.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**GABINETE DA DEPUTADA ERIKA KOKAY – PT/DF**

Os Parlamentares não podem ficar alijados e desconhecer os detalhes dos processos que ora tramitam junto à Corte de Contas da União. Isso seria incompatível com o múnus parlamentar de fiscalização e de controle dos atos da administração pública. O exercício pleno dessa prerrogativa visa a assegurar a validade dos atos administrativos, proteger o interesse público e representar a soberania popular.

Os processos em trâmite no TCU, aos quais se requer acesso e cópia, tratam de temas vinculados às atribuições da Comissão de Trabalho, Administração e de Serviço Público, da qual esta Parlamentar é titular, nos termos do art. 32, inc. XVIII do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

O acesso à íntegra do processo de privatização das empresas em comento, submetido à fiscalização do TCU, acompanhado da respectiva indicação dos motivos e fundamentos concretos, assim como de todos os estudos e critérios técnicos objetivos que fundamentam o processo de privatização, assentados na realidade prática e concreta das empresas distribuidoras de energia, é condição *sine qua non* para que sejam respeitados os princípios do direito administrativo, mormente o direito à publicidade.

Ademais, dada a natureza não contenciosa do processo de fiscalização de desestatizações, o presente pedido tem o objetivo precípuo de permitir que os empregados das Distribuidoras da Eletrobras possam estar devidamente informados do curso dos procedimentos de privatização, em seus prazos, sua modelagem legal, suas condicionantes operacionais, e, especialmente, seus aspectos financeiros. O acesso ao inteiro teor dos aludidos processos certamente resultará no levantamento de relevantes informações para o trabalho de fiscalização desempenhado pelo TCU.

Desse modo, é de suma importância o acesso à íntegra dos autos dos processos das Distribuidoras que tramitam na Corte de Contas, bem como o recebimento das respectivas cópias, haja vista que os autos em apreço tratam de temas de extrema relevância para esclarecer os inúmeros questionamentos sobre a proposta de privatização da estatal em epígrafe.

Oportuno ressaltar que os processos em questão não se encontram submetidos ao regime de sigilo ou de pendência de aprovação de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que justifique eventual negativa de acesso.

Pelo exposto, reitero o presente Requerimento no sentido de possibilitar o acesso ao teor integral dos processos em andamento no Tribunal de Contas da União relativos à fiscalização da privatização das Distribuidoras de Energia da Eletrobras.

Sala das Sessões, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

Deputada **ERIKA KOKAY – PT/DF**